

CERTIDÃO

ACÚRCIO ÁLVARO PEREIRA, PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:-----

Certifica que da acta **da quinta sessão ordinária do ano de dois mil e sete**, desta Assembleia Municipal, realizada no dia **catorze de Dezembro**, no edifício do antigo Centro Cultural Municipal de Bragança no auditório « **Paulo Quintela** », na qual participaram **noventa membros** dos noventa e nove que a constituem, se encontram **aprovadas em minuta**, as **seguintes deliberações**:-----

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:-----

EXPEDIENTE: (**Alínea n), nº. 1 artigo 46º. A da lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro**). -----
A correspondência recebida que nos pareceu de maior relevância foi enviada aos líderes parlamentares e representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para conhecimento e fins tidos por convenientes. Esta correspondência bem como a restante, encontra-se na pasta respectiva à disposição de todos os membros desta Assembleia. -----

MEMBROS SUBSTITUÍDOS:

PSD : Martina Isabel Veiga Dias; José Miguel G.Miranda e António Cruz Oliveira

CDU :.Lídio Alberto Correia

PS: Orlando Augusto Matos Pontes; Alzira Bento Gomes e Manuel António Pires

MEMBROS CONVOCADOS:

PSD: Maria Olinda Silva; Armindo José Afonso Rodrigues e Maria Amparo Mendes Alves

CDU: José Castro

PS: Fernando Teixeira Rodrigues; Francisco Manuel Esteves Marcos e Lázaro Augusto Correia Padrão

1 - ACTA– Foi presente e posta a discussão **a acta da quarta sessão ordinária realizada em 24 de Setembro de 2007**, dispensando-se a sua leitura - número um do artigo 92º. da Lei número 169/99, de 18 de Setembro - em virtude de previamente terem sido distribuídas pelos membros.-----

-----Após análise e discussão foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, cinco abstenções e setenta e dois votos a favor, estando momentaneamente setenta e sete membros presentes. -----

2 – PÚBLICO – 1º- PERÍODO DE INTERVENÇÃO - Usou da palavra o Senhor **Manuel de Deus Martins**.-----

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA – Usou da palavra, de entre outros, o membro

Amândio Gomes – Apresentou, por escrito, a seguinte

“MOÇÃO

.....Em 30 de Setembro de 2004, o Governo aprovou a inclusão no Plano Rodoviário Nacional, da ligação por Auto-estrada entre Vila Real e Bragança, dando assim cumprimento a uma das mais legítimas reivindicações das gentes nordestinas.

.....O mesmo Governo anunciou" nesta cidade, em 11 de Novembro de 2004, a publicação em Diário da República do concurso para o estudo prévio da construção da referida Auto-estrada;.....

.....Em 28 de Abril de 2006, o Senhor Primeiro-Ministro apresentou em Bragança, o Plano de Acessibilidades a Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo assumido publicamente que a A4, entre Vila Real e Quintanilha **não teria custos para o utilizador**......

.....Em Junho do mesmo ano, através do Decreto-Lei n.º 99/2006, de 6 de Junho, o actual Governo esclareceu que a concessão da Auto-estrada Transmontana se faria **sem cobrança de portagens aos utentes da A4 - IP4 - Vila Real-Bragança (Quintanilha)**......

.....Dentro da mesma linha de pensamento, em 24 de Novembro do corrente ano, o Senhor Primeiro-Ministro, também em Bragança, anunciou solenemente a abertura do Concurso Público Internacional de Construção da Auto-estrada Transmontana, concessionada à EP - Estradas de Portugal, S.A., garantindo que seria uma Auto-estrada **sem cobrança de portagens ao utilizador**......

.....Considerando que:.....

.....A EP - Estradas de Portugal, S.A. fez publicar no Diário de República - 23 Série, n.º 231, de 30/11/2007, um anúncio de concurso para a " Subconcessão Auto-estrada Transmontana", prevendo expressamente a **introdução de cobrança de portagens aos utentes** em diversos lanços desta importante via rodoviária;.....

.....Considerando que:.....

.....A rectificação ao anúncio supracitado, promovida pela mesma entidade em 3 de Dezembro do corrente ano, mantém a cobrança de portagens no lanço da A4, entre Vila Real (Parada de Cunhos) /Nó com a A24/IP3 e no compreendido entre o Nó de Bragança Poente/ Nó de Bragança Nascente;

.....Propomos que esta Assembleia Municipal delibere:

.....1- Manifestar a sua total discordância com a inopinada introdução da cobrança de portagens na Auto-estrada Transmontana, especialmente no último lanço acima referido, não só por ela ser contrária ao compromisso solene e voluntariamente assumido pelo Senhor Primeiro-Ministro, mas sobretudo por se tratar de uma medida discriminatória demasiado injusta e lesiva dos legítimos interesses das gentes bragançanas e transmontanas.....

.....2- Que se oficie a Sua Excelência o Primeiro-Ministro no sentido de ordenar à EP - Estradas de Portugal, S.A. a supressão imediata de toda e qualquer referência à **introdução das portagens em toda a extensão da Auto-estrada Transmontana**.....

.....3- Que se dê conhecimento desta Moção aos Senhores Governadores Civis de Bragança e de Vila Real, aos Deputados destes dois Distritos, bem como às Assembleias Municipais dos Municípios dos distritos de Bragança e Vila Real e aos órgãos de Comunicação Social.....

.....Bragança, 14 de Dezembro de 2007

.....a) Amândio Gomes

.....Grupo Municipal do PSD.....

----- Após análise e discussão da Moção foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta membros presentes. -----

----- Fizeram declaração de voto os membros: Hélder Rodrigues; Bruno Veloso e Nuno Reis. -----

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

4.1 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município. -----

ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO

Conforme o previsto na alínea e) do nº. 1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal que teve lugar a 27 de Abril de 2007, até à presente data.

1 - Assuntos tratados para deliberação ou conhecimento da Assembleia Municipal:

- 1.1 – Fixação da Participação no Imposto Sobre Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS), relativa aos rendimentos do ano de 2006 (Para aprovação);
- 1.2 – Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimento; Plano de Actividades Municipal e Orçamento Municipal para o ano de 2008 (Para aprovação);
- 1.3 – Concurso Público – Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância nas Instalações Municipais para os anos de 2009 e 2010 (Para aprovação).

Principais processos tratados em reunião de Câmara (de entre 388 nas 6 reuniões havidas) e acções realizadas no âmbito da gestão do plano de actividades e orçamento:

1 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

1.1 – DIVISÃO FINANCEIRA

1.1.1 – Secção de Taxas, Licenças, Contra-Ordenações, Execuções Fiscais e Metrologia

No período de Setembro e Outubro, o total da receita arrecadada, no âmbito das atribuições da secção foi de 619.605,60€. Deste valor as receitas mais significativas foram as referentes à utilização das Piscinas Municipais, com um valor de 103.307,77€, e a receita proveniente das rendas de habitações e edifícios com um montante 118.185,33€. Os Parques de Estacionamento contribuíram com 145.958,37€.

Do serviço de Contra-Ordenações foi recebida a importância de 42.254,26€, correspondente à cobrança de 180 processos. O serviço de Execuções - Fiscais apresenta uma receita de 67.971,75€, correspondendo a 3.873 processos cobrados. No mesmo período do ano anterior, a receita arrecadada foi de 608.674,47€, verificando-se um saldo positivo de 10.931,13€ (+1,80%).

1.1.2- Secção de Contabilidade e Sector da Tesouraria

Considerado o período de Setembro e Outubro, verifica-se que a receita realizada foi de 5.374.700,28€, correspondente a 13,48% da receita anual prevista, tendo a receita global de Janeiro a Outubro, atingido o valor de 25.274.168,60€, o equivalente a 63,37% do previsto.

Relativamente ao comportamento da despesa durante os meses de Setembro e Outubro, a despesa paga atinge o valor de 5.540.418,85€, imputável em 2.449.077,07€ a despesas correntes e 3.091.341,78€ a despesas de capital, o que na sua globalidade originou uma execução orçamental de 13,89%.

Globalmente e até ao dia 31.10.2007, o orçamento de despesa atinge o valor de 25.517.662,13€, encontrando-se executado em 63,98%, sendo a maior execução (76,56%) reportada a despesas correntes e 53,04% a despesas de capital.

O equilíbrio entre receitas e despesas globais está assegurado em termos positivos, o mesmo acontecendo em termos de equilíbrio corrente (receitas correntes excederam as despesas correntes em 4.504.569,31€).

1.1.3 – Tesouraria

O processo de recebimentos e pagamentos decorreu normalmente, com movimento superior ao do ano anterior, em período homólogo, tendo, durante o ano, sido realizados os seguintes movimentos: leituras (1.756); recibos de água (12.837); guias de receita (5.070); ordens de pagamento (2.041); certidões de dívida (909); débitos (1.311).

1.1.4 - Secção de património, Notariado e Aprovisionamento

Durante os meses de Setembro a Novembro foram emitidas 1.034 notas de encomenda no valor total de 638.993,13€, correspondendo a uma despesa de capital de 181.628,06€, enquanto que a despesa corrente ascendeu ao montante de 457.365,07€.

Foram inventariados 469 **bens móveis**. Quanto aos **bens imóveis**, destaca-se na rubrica **terrenos e recursos naturais**, a aquisição e regularização de 6 prédios rústicos, com a área total de 18.646m², na Zona Envolvente do Aeródromo, para implantação de novos hangares, ampliação e alargamento da pista.

Constituição do Lote A, sito no lugar da Fraga Selvagem, Bairro das Cantarias, Rua Dr. Manuel Teixeira, com a área de 264m², proveniente da junção de 2 complementos para futuros lotes de dois alvarás de loteamento; iniciou-se o processo administrativo para a regularização de 3 terrenos, com a área total de 11.963m², para instalação dos equipamentos da estação VOR/DME de apoio à navegação aérea.

Concluída a regularização da titularidade do parque habitacional social (transferido pelo Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, para o Município), constituído por 135 fracções do Bairro de Vale D'Álvaro /Mãe D'Água, que integram as rubricas edifícios de habitação e edifícios de serviços .

Foi efectuado o registo da actual **Casa da Seda**, sita na Rua dos Batoques, n.º 72, adquirida por Escritura de Compra de 05/09/1990 e participação do edifício designado de **Centro Ciência Viva de Bragança/Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental**, propriedade desta Autarquia.

Foi ainda outorgada a **Escritura de Venda**, à firma Construções Octavinor, do lote 7 e lote A, sítos no Bairro das Cantarias, destinados a habitação unifamiliar.

Durante o período em análise, há a registar: abertura do procedimento, análise das propostas e adjudicação de **28 ajustes directos e 20 procedimentos por consulta prévia**. Foram abertos os concursos limitado sem apresentação de candidaturas para aquisição de prestação de serviços de limpeza nas instalações Municipais para o ano de 2008 e o concurso público prestação de serviços de segurança e vigilância nas instalações Municipais.

Autorizada a prorrogação do prazo de 1 ano, para as concessões dos quiosques (propriedade da CMB) sítio no Largo dos Correios, e espaço em frente à Escola Secundária Abade de Baçal; aprovado accionar o direito de preferência na transacção de uma casa de habitação, sita na Rua Rainha D. Maria II - Cidadela, em Bragança, pelo montante de 24.000,00€, para ampliação do espaço expositivo ligado ao Museu Ibérico da Máscara e do Traje; aprovada a adjudicação definitiva da aquisição de serviços de higiene, segurança e saúde no trabalho, à firma Medicisforma - Medicina no Trabalho Higiene e Segurança, Lda., pelo montante global de 19.800,00€+IVA.

1.1.5 Transferências para as Juntas de Freguesia: Mós -19.988,00€, obras de pavimentação na aldeia de Mós; **Parada** - 11.950,00€, obras de restauro do telhado e janelas da EB1 de Paredes; **Santa Maria** – 15.000,00 €, obras de reabilitação do edifício da nova Sede da Junta; **Izeda** – 30.000,00 €, obras de calcetamento dos Bairros dos Cucos e do Campairo e intervenção urbanística na rotunda de acesso à Vila; **Deilão** – 24.677,25 €, calcetamento do caminho que dá acesso à Capela de Santa Eulália, na aldeia de Vila Meã; **Meixedo** – 7.500,00€, conclusão das obras de construção do Centro de Convívio de Oleirinhos; **Rebordãos** – 35.000,00€, para continuação das obras de acabamentos do Pavilhão Multiusos de Rebordãos.

1.1.6 - Subsídios e participações: Comissão Fabriqueira da Paróquia de S. Pedro do Zoio -7.000,00€, obras de recuperação do Adro da Igreja Paroquial do Zoio; **Centro Ciência Viva de Bragança** – 96.369,66€, dos quais 44.930,28€ corresponde a despesas de capital e 51.439,38€ correspondente a despesas correntes; **ADRI – Associação de Desenvolvimento da Região de Izeda** – 5.000,00€, para fazer face às despesas relativas às actividades promovidas por esta Associação durante o ano de 2007; **APKC – Shaolin Lohan Tão Karate Chinês** - 500,00€, participação nas despesas relativas à participação do Clube nos Campeonatos do Mundo da modalidade; **ASMAB – Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança** – 15.000,00€, participação nas obras em execução na Sede Social da Associação.

1.2 - Divisão Administrativa

1.2.1 - Sector de Arquivo

Destacam-se como tarefas mais relevantes; no âmbito do arquivo corrente, a conclusão do Plano de Classificação de Documentos, plano que tem como objectivo facilitar a gestão e a recuperação das informações produzidas e acumuladas pela Câmara Municipal ao longo do desenvolvimento da sua actividade.

Foi iniciada a reorganização do Arquivo Histórico, no Auditório Paulo Quintela, com transferência da documentação histórica existente no sótão, para o 1º andar do mesmo edifício. A transferência foi concretizada de modo a não desorganizar o acervo, anteriormente organizado pelo sector, tendo-se movimentado 3200ml de documentação.

1.2.2 - Sector de Expediente Geral

Foram tratados os assuntos correntes de entrada e saída de correspondência, de atendimento público, (tratados os assuntos de âmbito militar, área dos táxis editais, certidões e outros). Foram secretariadas as reuniões da Câmara Municipal realizadas nos dias 10 e 25 de Setembro; 08 e 22 de Outubro e 12, 21 e 26 de Novembro, com a respectiva preparação de agendas, minutas e actas, distribuindo-as pelos diversos sectores e dando, a estes, o apoio correspondente para o bom funcionamento do serviço, estando já inseridas na página sítio da Câmara Municipal e preparação dos assuntos a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a levar a efeito no próximo dia 24 de Setembro.

1.2.3 - Secção de Recursos Humanos

Os procedimentos relacionados com os concursos internos de acesso gerais e externos decorrem com regularidade (13 processos), o mesmo acontecendo com os processos de aposentações. Foram tratados os processos relativos ao programa de estágios profissionais na Administração Local (2 a decorrer); estágios não remunerados/curriculares (11 a decorrer) e todos os restantes processos relacionados com o pessoal, incluindo o Serviço de Saúde Higiene e Segurança.

1.2.4 – Secção de Remunerações

O processamento de remunerações e controlo de despesa decorre com regularidade, associando o conjunto de procedimentos correntes e gestão individual de cada processo. Foi realizado o controlo anual e trimestral de despesa com pessoal, para efeitos do estipulado no art.º 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, registando-se conformidade legal. Com a publicação da Lei n.º 43/2005 de 29 de Agosto, alterada pela lei n.º 53.C/2006, de 29 de Dezembro, o tempo de serviço prestado pelos funcionários e agentes, desde a sua entrada em

vigor e até 31 de Dezembro de 2007, não é contado para efeitos de progressão. Estão já abrangidos por esta determinação 230 funcionários da Instituição.

1.3- Divisão de Informática e Sistemas

No período em análise, das actividades mais relevantes desempenhadas por esta Divisão, destaca-se: instalação de nova versão do gestor de conteúdos; avaliação do site da CMB (elaboração de documento onde constam as remodelações a efectuar em 2008 e as novas funcionalidades a implementar); assistência e apoio geral às aplicações SIGMA; Upgrades para diverso software; instalação do Sistema de Gestão de Assiduidade; instalação de software de help-desk (Track-It) e assistência ao equipamento e ligação Internet existentes nas escolas (pré-escolar e 1º Ciclo) e avaliação de propostas para incremento de novas soluções nas salas dos jardins-de-infância e do 1.º Ciclo.

2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

2.1 - Área do Ensino – Neste sector e no período em referência, destaca-se a aquisição de salas modulares e de distribuição de equipamento escolar nas EB1 do Campo Redondo e Formarigos; inventariação das necessidades nos estabelecimentos de ensino: obras, reparações, material informático, mobiliário e material didáctico; organização do transporte de 500 crianças à Feira Internacional da Norça e Norpesca, no dia 26 de Outubro; preparação da actividade “Prendas de Natal às crianças das escolas do meio rural” – oferta de Kit pedagógico (pasta), às crianças do pré-escolar e livros integrados no Plano Nacional de Leitura às crianças do 1º ciclo; participação no Magusto Escolar das escolas EB1, a elaboração, implementação e controlo do processo de candidatura no âmbito das AEC – Actividades de Enriquecimento Curricular.

Foi atribuído aos Agrupamentos, para o ano lectivo de 2007/2008, a verba de 40.600,00€, para aquisição de bens e produtos para as escolas EB1 e jardins-de-infância (higiene e limpeza, consumíveis de informática e secretaria).

2.2 - Área Cultural

Museu Ibérico da Máscara e do Traje – De Setembro a Novembro, 3.774 pessoas visitaram o Museu, destas 2.323 são de nacionalidade portuguesa e as restantes são oriundas de vários países. Desde a abertura, até ao dia 25 de Novembro, o Museu foi visitado já por 22.474 pessoas.

Teatro - O Teatro Municipal de Bragança cumpriu mais um ano de actividade tendo como objectivos a fidelização e a conquista de novos públicos, apresentando espectáculos nas diferentes áreas das artes de palco, contribuindo para a educação e o lazer dos nossos concidadãos.

Espectáculos no período: Orquestra Tango Quattro; Ballet Flamenco Maria Carrasco; Camerata Senza Misura - Concerto Torga; Retratos e Paisagens; Festa da Música; Donald Harison; Encontros Lusofonia: recital de Guitarra e Clarinete; Teatro Rancor; Recital de Piano; Diego Figueiredo, jazz trio; Bossa in Jazz; Desbundixie; A Escola do Noite-Tchékov e a arte menor; Urze Teatro-Volta a Gil Vicente em 80 min.; Teatro das Beiras – Molière; Orquestra Nacional do Porto; Companhia de Dança Olga Roriz: Paraíso; Peripécia Teatro: Novecentos - O Pianista do Oceano; Outono Polifónico – Coros Infantis; Orquestra Jovem de Salamanca.

Exposições - Do dia 28 de Setembro a 26 de Outubro, nas salas 1 e 2, Ana Pascoal, António Santos, Carlota Monjardino, Carlos Farinha, Eduardo Nunes, Gilberto Gaspar, Luís Herberto, Marco Costa e Vítor Casimiro apresentaram a exposição de Desenho “ Esta é a Minha Paisagem”. Uma Exposição que procura desenvolver novas abordagens da paisagem através do desenho.

Em parceria com a AMI, desde o dia 6 de Novembro que a sala 1 acolhe uma exposição de Pintura de Costa Pinheiro. No dia 21 de Novembro, foram inauguradas as instalações do Núcleo de Bragança da Fundação da AMI, ocorrendo, também, nesse dia, o lançamento do livro do Dr. Fernando Nobre “Gritos contra a Indiferença”, no Centro Cultural de Bragança.

A Direcção Regional da Cultura e a Câmara Municipal de Bragança, no dia 07, procederam à inauguração da Exposição itinerante “Torga – Retratos e Paisagens”, integrada nas Comemorações do Centenário do Nascimento do Escritor, com obras de Alberto Pêssimo, Albuquerque Mendes, Benedita Kendall, Cristina Valadas, Evelina Oliveira, Graça Morais, Gracinda Marques, Henrique Silva, Isabel Padrão, Joana Rêgo, José Emídio, Luís Melo, Luísa Gonçalves e Teresa Gil.

De 05 a 26 de Novembro, decorreu na sala polivalente a exposição de Pintura “Propostas” de Miguel Barrote.

A Biblioteca Municipal de Bragança recebe, no mês de Novembro, a Exposição Bibliográfica Comemorativa do Centenário do Nascimento de Miguel Torga.

Durante este período, o número de visitantes da galeria de exposições temporárias no Centro Cultural de Bragança foi de 2.113.

Eventos - Entre os dias 03 a 06 de Outubro, realizaram-se, em Bragança, os 6º Colóquios de Lusofonia, subordinado ao título “Língua Portuguesa no século XXI: a variante brasileira rumo ao futuro”, com 60 oradores de vários países. Nas actividades do encontro, destacou-se a entrega do primeiro prémio literário da lusofonia. Em paralelo, decorreram diversas

actividades culturais desde recitais de música, peças de teatro, concertos, exposições de livros e artesanato.

No dia 6 de Outubro, em colaboração com a Junta de Freguesia de Santa Maria, comemorou-se o Dia dos Castelos com uma caminhada urbana, visita guiada ao Museu Ibérico da Máscara e do Traje e um almoço comunitário.

Biblioteca Municipal – No período destaca-se a continuação dos trabalhos de tratamento documental (registo, carimbagem, etiquetagem, arrumação) de livros novos e conversão retrospectiva do acervo documental doado pela Fundação Calouste Gulbenkian e da indexação e catalogação do acervo documental. No mês de Setembro, foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 885 monografias e no mês de Outubro 1407. Durante os meses de Setembro e Outubro acederam aos serviços da Biblioteca 5721 utilizadores. Na secção infantil ocorreram algumas actividades com projecção de filmes para 328 crianças.

2.3 - Área do Desporto – No âmbito do projecto Bragança Saudável - Bragança Solidária, realizaram-se as caminhadas: urbana – Corredor Verde do Fervença, e rurais de Refoios, Carvalhal da Nogueira e Montesinho | Magusto, com a participação de cerca de 320 pessoas, nos 4 eventos.

O sector garantiu a gestão das actividades nas instalações desportivas, desde o apoio à realização de torneios e competições; as actividades orientadas e livres, nas piscinas municipais, mantendo as infra-estruturas desportivas uma elevada taxa de ocupação.

2.4 - Área Social – No período destaca-se o desenvolvimento do programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos de 1º ciclo, estando a usufruir deste programa todos os alunos da área rural e as escolas da cidade: Artur Mirandela, Cantarias, Formarigos, Campo Redondo, Toural, Loreto, Estacada, Estação, S. Sebastião e os Jardins-de-infância de Santiago e Estação; a gestão das candidaturas, instrução dos processos, visitas domiciliárias e classificação face ao Programa Conforto Habitacional para Idosos, estando sinalizados 56 casos, alguns com processos completos e outros a aguardar a entrega de documentação necessária para a conclusão das candidaturas; foram mantidos apoios financeiros e em materiais destinados a obras de beneficiação e intervenções, para a melhoria das condições de higiene e limpeza de habitações; análise para atribuição de isenção/redução no preço dos passes escolares e o apoio às Escolas dos ensinos pré-escolar e de 1º Ciclo, no que diz respeito às auxiliares que acompanham os alunos às horas das refeições.

Foram, ainda, aprovados apoios diversos, destacando-se: redução do preço dos passes escolares a 11 alunos e a isenção a 59 alunos, do 2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário, para o

presente ano lectivo; programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e ensino pré-escolar do concelho de Bragança, para o ano lectivo 2007/2008, no montante de 251.507,76€ para o Ensino Básico, englobando 650 alunos e de 112.076,80€, para o Ensino Pré-Escolar, englobando 224 crianças; fotocópias aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico que integram do Agrupamento de Escolas Paulo Quintela, no ano lectivo de 2006/2007, no montante de 1.154,62€; comparticipação de auxiliares de acção educativa, na prestação de serviços garantidos pelo Centro Social e Paroquial de S. Roque - Salsas e pelo Centro Social e Paroquial de Santa Comba de Rossas, no âmbito do fornecimento de refeições, com o valor total anual de 6.616,75€; apoio financeiro à Junta de Freguesia de Salsas para pagamento às auxiliares de acção educativa, para apoio no jardim-de-infância de Salsas, à hora de almoço, acompanhando e vigiando as crianças, com o encargo total estimado de 10.208,87€; apoio financeiro às Juntas de Freguesia de Gimonde, Rebordãos, Santa Comba de Rossas, Izeda, Parada e Coelhoso, para pagamento das auxiliares de acção educativa para apoio nos jardins-de-infância, com o valor total anual estimado para o conjunto destas Juntas de Freguesia de 14.328,00€; atribuição de redução/isenção no preço dos passes escolares, a três alunos do ensino básico, representando um encargo anual adicional para a Autarquia de 992,64 €.

2.5 - Área do Turismo – De destacar a participação do Município de Bragança no **Swiss Tourism Awards** -Salão Internacional Suíço de Férias, realizado em Lugano, Suíça, entre os dias 1 e 4 de Novembro de 2007. Esta participação revestiu-se de grande significado por diversos factores, nomeadamente pelo facto de Bragança, entre 600 participantes, ter sido distinguida com o prémio Swiss Tourism Awards 2007.

O trabalho efectuado no âmbito do evento permitiu a divulgação e promoção da cidade como destino turístico, a percepção do tipo de público-alvo e o grau de interesse pelo destino Bragança. Verificou-se uma elevada percentagem de visitantes que já conheciam a cidade ou que pretendiam visitar num futuro próximo. Notou-se, também, uma grande aceitação deste destino, tendo havido uma grande procura do material promocional por parte dos visitantes.

Durante o período, no Posto de Turismo e Posto de Venda da Cidadela, foram atendidos 2.462 turistas.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - Divisão de Urbanismo

Comparativamente aos dados obtidos no ano de 2006, no item dos licenciamentos houve um aumento em cerca de 9% em referência ao mesmo período, sendo que do total realizado com processo de licenciamento de obras particulares, a habitação unifamiliar corresponde a

aproximadamente 70% de actos praticados, 3% a habitação multifamiliar e os restantes 27% que correspondem aos mais diversos actos, nomeadamente comunicações prévias, licenciamento de estabelecimentos de restauração e bebidas, comerciais e de serviços. O valor da receita cobrada pela Divisão foi de 144 119.25€.

Relativo ao processo do imóvel “**Casa Abade Baçal**”, a autarquia de Bragança não exerceu o direito de preferência, por legalmente tal não se possível (em virtude do imóvel não estar classificado como de interesse arquitectónico, bem como o valor base patrimonial atribuído ter sido declarado como valor de venda - 100.000,00€). Mais se informa, que a pretensão urbanística, relativo à recuperação do imóvel, corresponde à expectativa do Município atendendo ao valor cultural, dotando-o de valências turísticas enquadradas no tipo de imóvel a recuperar, acompanhando estes serviços a sua implementação e desenvolvimento em projecto de arquitectura.

3.2 – Divisão de Obras

Na Divisão de Obras, de salientar, a abertura de oito concursos, com destaque para o concurso para a repavimentação de vários arruamentos na cidade, a adjudicação de obras e fornecimentos num valor de 3.257.679,30€, de onde se destaca a construção da circular interior, desde a Av. Cidade de Zamora à Braguinha.

Em termos de facturação, nestes dois meses, foi realizada uma facturação no valor de 1.978.366,35€, para empreitadas e 88.486,00€, para outras acções.

Na Divisão de Equipamento e no que diz respeito a obras de administração directa, a Equipa de Conservação de vias urbanas, realizou 23 intervenções com destaque para colocação do monumento em pedra de homenagem a D. Afonso Henriques na Av. Cidade de Zamora, pintura das salas da escola da Mãe D`Água e do Jardim-de-infância da Estação e reposição de cubos em Gimonde, Cabeça Boa e Samil, no Bairro Artur Mirandela e Cemitério Municipal.

A Equipa de conservação de edifícios realizou 14 intervenções, com destaque para a pintura do posto de turismo na Av. Cidade Zamora, limpeza e substituição de telhas partidas nas escolas primárias de Parada, Loreto e Mãe D`Água.

No Armazém saliente-se a evolução de melhoria contínua no controle e gestão global centralizada, incluindo melhoramentos nas instalações físicas com ampliação de áreas cobertas e reorganização do espaço exterior para além da rentabilização de recursos humanos e eficiência de funcionamento.

No âmbito desta divisão, foram ainda, aprovados os seguintes assuntos: execução de aquedutos nos caminhos entre Aveleda/França e Vila Boa/Pinela e construção de um pontão sobre a ribeira de Vale de Moinhos, aprovada a intenção de adjudicação desta empreitada à firma Medida XXI, Sociedade de Construções, Lda., pelo valor de 46.900,00€+IVA; reserva dos

lotes n.º 5, 6 e 7, na Zona Industrial de Mós, a favor de José Manuel Otero Rey, administrador da GRANIPPEC, com sede em Pontebora, Província de Pontevedra - Espanha; aprovada a adjudicação definitiva da empreitada de arranjos nos arruamentos da cidade - pavimentação betuminosa de vários arruamentos, à firma Higinio Pinheiro & Irmão, Lda., pelo valor de 72.401,25€+IVA, sendo que os arruamentos a sofrer esta intervenção são os seguintes: Rua de ligação da Rua Albino Nogueiro à Zona Industrial das Cantarias, Rua de ligação da Av. das Cantarias à Rua Almada Negreiros, Rua Visconde da Bouça (numa extensão de cerca de 200,00ml), Av. Eng.º Amaro da Costa (entre os 2 hospitais) e Rua Cláudio Mesquita Rosa; adjudicação dos trabalhos a realizar no âmbito do projecto Vias Augustas - trabalho para edição de monografia e preparação de exposição arqueológica, à firma Clepsidra Arqueologia, Lda., pelo valor de 67.538,00€+IVA; Adjudicação dos projectos de concessão de elementos escultórico, alusivos aos Mascarados e ao Cão de Gado Transmontano, ao Escultor Manuel Barroco, pelo valor unitário de 74.800,00€+IVA; aprovada a adjudicação definitiva da empreitada de execução de infraestruturas do Loteamento de S. Tiago – 1.ª fase à firma, Sincof - Sociedade Industrial de Construções Flaviense, Lda., pelo valor de 508.410,20€+IVA; intenção de adjudicação de empreitada de repavimentação dos Bairros em Bragança, S. Tiago e Campelo, à Empresa Jeremias de Macedo & C.ª, Lda., pelo valor de 679.194,20€+IVA; adjudicação definitiva do projecto de apoio à pré-instalação do centro de inovação e elaboração do plano estratégico para a Eco-Cidade de Bragança, ao concorrente Sociedade Portuguesa de Inovação - Consultadoria Empresarial e Fomento de Inovação, S.A., pelo valor de 125.000,00€+IVA; aprovada a adjudicação definitiva da empreitada de execução de pavimentações diversas em nogueira, Sarzeda, Lanção, Viduedo e Zoio, à firma Construtora da Huila – Irmãos Neves, Lda., pelo valor 86.155,00€+IVA; aprovada a abertura de concurso público, caderno de encargos e respectivo programa de concurso, para adjudicação dos trabalhos que constituem a empreitada de para a “ Repavimentação de Bairros em Bragança - Mãe D’Água e Coxa, estimando-se um orçamental no valor de 520.000,00€+ IVA, e envolvendo ainda a pavimentação da Rua Senhor dos Perdidos, a Rua Correia de Araújo (rua do Estádio Municipal), a Rua Visconde da Ribeira Brava, no Bairro do Campo Redondo e uma travessa sem topónimo no Bairro dos Formarigos.

4- Departamento de Serviços Municipais

4.1 - Divisão de Saneamento Básico

De Janeiro a 16 de Julho, o abastecimento de água à cidade e aldeias limítrofes foi assegurado sem recorrer à água armazenada na Barragem de Serra Serrada (Montesinho), estando, nessa data, cheia (1,5 milhões de m³). A partir desta data e até 24 de Agosto, o abastecimento foi garantido a partir da barragem e das captações nos rios Sabor e Baceiro, data a partir da qual os sistemas foram suspensos por esgotamento.

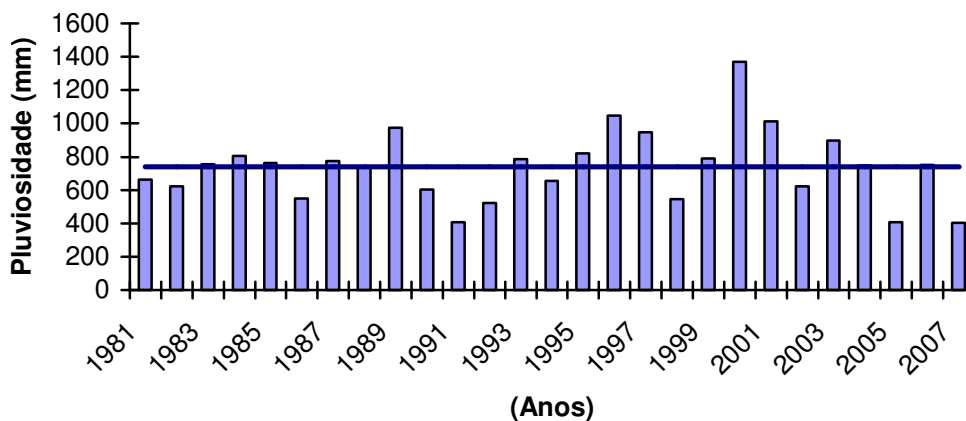
Desde o dia 24 de Agosto, o abastecimento foi assegurado exclusivamente a partir da barragem, até ao dia 3 de Novembro, altura em que foi possível reactivar os sistemas complementares por bombagem.

Apesar da gestão rigorosa, do aumento da população e da diminuição dos consumos, a Barragem tem, actualmente, 10% da sua capacidade máxima de armazenamento, o que equivale a 40 dias de consumo garantido, contando com os actuais sistemas complementares e com os consumos actuais.

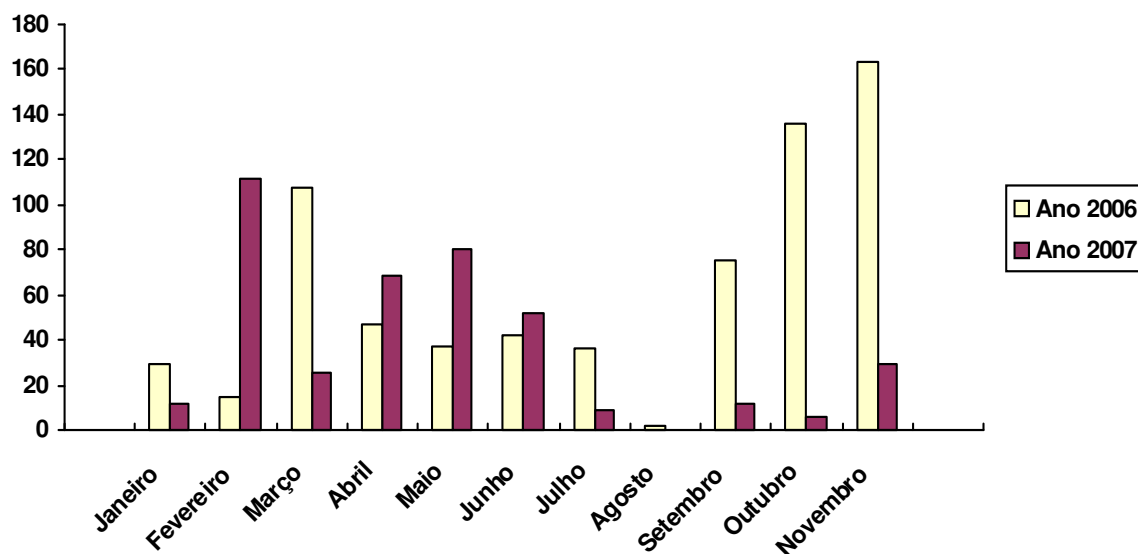
Se não chover, significativamente, nas próximas semanas, a situação aproximar-se-á da rotura total no abastecimento, situação da qual estivemos próximos na Primavera de 2005, apesar de as reservas de Inverno serem, substancialmente, superiores às actuais. A nossa preocupação adicional reside, sobretudo, no facto de estarmos num período de seca e sem previsões de chuva, podendo ocorrer um Inverno semelhante ao de 2004/2005.

Esta lamentável e penosa situação não ocorreria se a Barragem de Veiguihas estivesse construída, tal como previsto há 20 anos, situação na qual nos temos empenhado de forma determinada desde Janeiro de 1998, estando, desde essa data, a Câmara Municipal em condições e total disponibilidade de proceder à sua construção, desde que a mesma tivesse sido autorizada.

PRECIPITAÇÃO NA CIDADE DE BRAGANÇA



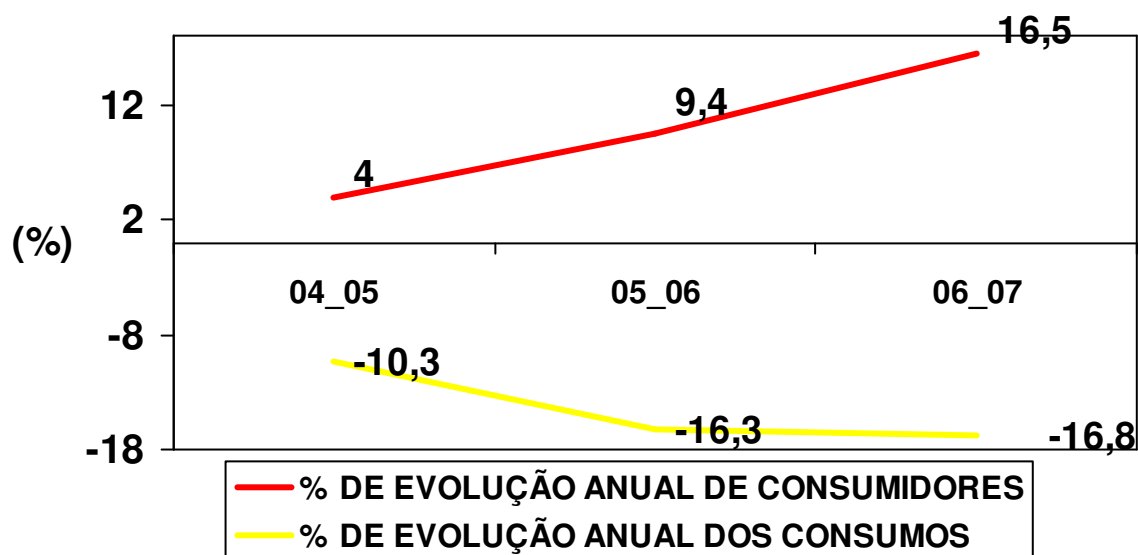
Em 2005 verificou-se uma situação pluviométrica extrema – Precipitação acumulada 54,5% da média anual dos últimos 25 anos.



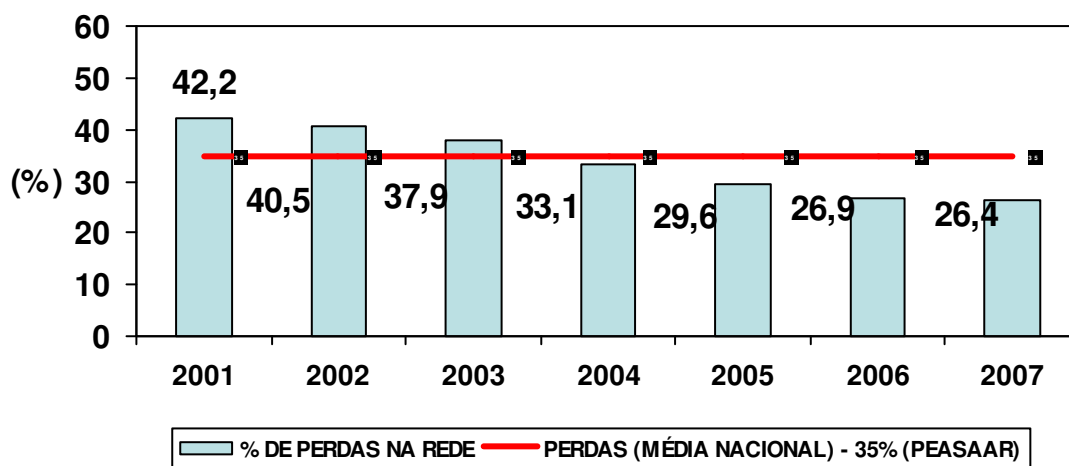
Em 2007 verificou-se uma situação pluviométrica extrema:

- Precipitação média anual é de 37 mm/m2
- Precipitação média nos últimos 5 meses é de 11 mm/m2

COMPARAÇÃO DA EVOLUÇÃO ANUAL ENTRE O Nº DE CONSUMIDORES E OS CONSUMOS



EVOLUÇÃO ANUAL DE PERDAS DE ÁGUA NA REDE



A Câmara Municipal de Bragança tem estado, permanentemente, a acompanhar a situação, tendo já tomado medidas para impor regras de gestão da água e de sensibilização para o seu uso racional, tendo enviado carta a todos os municípios do Concelho, alertando-os da actual situação e reforçando o pedido de poupança da mesma.

A Câmara Municipal de Bragança tem, também, comunicado às entidades competentes esta possível situação de rotura total no abastecimento de água, concretamente através de ofícios de 16.11.2007 e 29.11.2007, enviados para o MOTDR, Presidentes da CCDRN, INAG, IRAR e ANPC. Foi, ainda, dado conhecimento das diligências realizadas e documentos enviados pela Câmara Municipal de Bragança ao Governador Civil do Distrito de Bragança, Director da Agência Portuguesa do Ambiente e ao Presidente do Conselho de Administração da ATMAD.

No âmbito da **Secção de Águas**, relativamente à área urbana realizaram-se os seguintes trabalhos: NERBA – execução das ligações para a Norçaça/Norpesca 2007; colocação de bocas-de-incêndio no Bairro do Couto; concluída a empreitada “Execução da rede de abastecimento de água na Estrada do Turismo”.

Na área rural, destacam-se os trabalhos nas aldeias de Martim – execução de captação; Vila Nova – execução de captação com substituição de conduta até ao reservatório e colocação de bóia; Rabal - execução da derivação e colocação de conduta até ao reservatório, para fornecimento de água da ETA; Sacoias: execução da conduta de água desde o reservatório antigo até ao reservatório novo; Gimonde: execução do prolongamento da conduta de abastecimento de água ao longo da Estrada Nacional; Vale de Lamas – prolongamento da rede de abastecimento de água.

Encontram-se em execução outros trabalhos, “Fornecimento de reservatório de 50m³ e ligação á rede pública na aldeia de Sacoias”; abertura do concurso e início da empreitada: “Conclusão da rede de saneamento básico na aldeia da Avelada”.

No âmbito da **Secção de Saneamento**, relativamente à área urbana, realizaram-se 72 trabalhos de desobstrução e 30 limpezas de fossas, procedeu-se também, à reparação de colectores das águas residuais domésticas e pluviais nas Ruas da Nogueira e dos Gatos. De salientar, ainda, o início da execução do emissário na aldeia de Vale de Lamas e a conclusão da empreitada: “Conclusão da execução da rede de saneamento básico na aldeia de Sortes”.

No âmbito desta Divisão salientam-se a aprovação da contratação de serviços de controlo de qualidade da água destinada a consumo humano e para as Piscinas Públicas Municipais, serviços adjudicados, por três anos, ao Laboratório LRTM – Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda., pelo valor de 182.411,92€, já com IVA.

Tendo em vista a **compensação financeira das Juntas de Freguesia**, devido a trabalhos vários referentes a obras de beneficiação e reparação das Redes de Saneamento Básico existentes, que as mesmas levaram a cabo nos meses de Março, Abril, e Maio de 2007, foram aprovadas as seguintes transferências de verbas: Avelada - 1.110,00€; Babe - 1.110,00€; Castro de Avelãs - 1.160,00€; Coelhoso - 2.930,00€; França - 1.790,00€; Grijó de Parada – 1.870,00€; Izeda – 6.470,00€; Nogueira – 2.040,00€; Outeiro – 3.210,00€; Pinela – 1.340,00€; Pombares -180,00€; Quintela de Lapaças - 700,00€; Rebordãos - 2.700,00€; Rio Frio – 1.550,00€; Salsas - 1.590,00€; S. Pedro dos Serracenos - 2.740,00€; Sortes – 1.060,00€

4.2 - Divisão de Defesa do Ambiente

Esta Divisão nas suas actividades de prestação de serviços à população, executou trabalhos no âmbito do sector Jardins e Cemitérios, sector de Mercados e Feiras e no sector da Manutenção Urbana.

No sector de espaços verdes existentes (45 hectares - 11,32 m²/hab.), em termos de execução e manutenção destes, foram realizados diversos trabalhos, com destaque especial para o acompanhamento dos trabalhos de paisagismo relativos à Avenida Cidade de Zamora; Parque

Bartolomeu de Gusmão e Jardim da Brasileira; Teatro Municipal, Lar de Idosos de S. Pedro de Serracenos; Parque da Braguinha; Canteiros em Vale D'Álvaro; Rua 5 de Outubro; Bairro Artur Mirandela; Separador da Av. Pavillon Sous Bois; Praça D. João Paulo II; Rotunda Flor da Ponte; Eixo Atlântico, Praça Cavaleiro Ferreira, Jardim António José de Almeida, Braguinha, Sabor e Campo Redondo.

Destaca-se, também, a plantação de 3.200 flores de Inverno (amores-perfeitos) no Jardim António José de Almeida, Rotunda Flor da Ponte e floreiras do núcleo central urbano.

No **sector da manutenção urbana**, de referir como trabalhos mais significativos, a colocação de 26 sinais novos e 11 por vandalismo, 2 pilaretes retrácteis; 8 prumos; 11 sinais de paragem de STUB; reposição e rebaixamento de passeios junto a passadeiras; colocação de redutores de velocidade; recolocação de 3 papeleiras; remoção de grafites; colocação de mupis; manutenção de parques infantis e montagem/desmontagem de palcos.

Relativamente à **actividade veterinária** procedeu-se à captura de 12 cães, com abate de 12, vistoria a 11 veículos de transporte de bens e 8 acções de fiscalização a estabelecimentos.

Na **gestão cemiterial** destacam-se a manutenção e limpeza de arruamentos e talhões dos Cemitérios Municipais, as inumações (Santo Condestável – 3 e Toural – 5); digitalização geográfica da totalidade dos talhões e sepulturas do Cemitério do Toural. Aprovada a venda, em hasta pública, de sepulturas e jazigos abandonados no cemitério do Toural (talhões 12,14,15 e 17).

Em termos de recolha e tratamento de **resíduos sólidos urbanos** (RSU's), indicar a recolha de 1.351,40 ton. em Setembro e 1.449,58 ton. em Outubro, a triagem de 55,80 ton. em Setembro e 55,96 ton. em Outubro. No âmbito da recolha selectiva, esta representou 49,60 ton. em Setembro e 55,96 ton. em Outubro.

Na **gestão florestal** foi feito o acompanhamento dos projectos Agris na Serra da Nogueira, totalizando 25 hectares intervencionados pelas equipas dos Serviços Prisionais e do projecto Riscos Naturais e Tecnológicos, nomeadamente, na elaboração das Cartas de Riscos Naturais e Tecnológicos e definição do Sistema Informático de acompanhamento de situações de emergência e execução do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Finalmente, referir que durante os meses de Setembro e Outubro, verificou-se um custo de 1.935€ de reposição de situações de vandalismo, compreendendo a reposição de árvores, tutores, papeleiras, sinais, prumos e pilaretes.

4.3 - Divisão de Transportes e Energia

4.3.1 – Comunicações e Energia - Até 31 Outubro, no que à produção de energia eléctrica diz respeito, verificou-se um decréscimo de 2.91% relativamente, a igual período do ano anterior.

No período, foram colocados 179 pontos de luz e 65 postes, num investimento global para a Autarquia no montante de 11.618,51€+IVA; verificou-se uma redução de gastos com comunicações, em valor médio, de 12,5% e de energia eléctrica de 2,5%, atingindo a factura de iluminação pública, no final do mês de Outubro, o valor de 498.990,73€, com tendência de crescimento de cerca de 4% relativamente ao ano de 2006.

Está em fase final de instalação, o sistema de aproveitamento de energia solar para aquecimento de água para as piscinas Municipais, principal equipamento em termos da factura energética, investimento este, que será recuperado em poucos anos.

Está a decorrer o concurso com vista à execução de infra-estruturas eléctricas de iluminação do Estádio Municipal, estimando-se em 225.000,00€+IVA o valor dos trabalhos; foi executada uma empreitada de reforço da iluminação das margens esquerda e direita do Rio Fervença, entre o parque de desportos radicais e o primeiro moinho, trabalhos já executados, estando a decorrer os trabalhos de reforço da iluminação junto do edifício principal da Câmara Municipal.

4.3.2 – Transportes Urbanos – foi aprovada a reestruturação das linhas rurais, processo a implementar em Janeiro, garantindo ajustamentos necessários nos horários, de modo a servir melhor algumas aldeias do Concelho, as quais não eram servidas por transporte público ou privado. Trata-se, face ao estudo de avaliação do desempenho dos transportes, elaborado por equipa externa, de assegurar melhor serviço, rentabilizar melhor os meios, reduzir desperdícios e aproveitar melhor os recursos humanos.

Está em fase de instalação a colocação de novas placas de paragem e o fornecimento de mais oito abrigos urbanos. Foram realizadas acções de formação específicas a alguns motoristas, para o transporte colectivo de crianças. Tendo em vista um melhor serviço de informação aos utentes, foi criado o site dos transportes urbanos (www.stub.com.pt). Foi iniciado o processo com vista à aquisição de três novos autocarros, para substituição dos mais antigos da frota.

4.3.3 – Aeródromo/transporte aéreo – A revisão do Plano Director está em curso, prevendo-se nas próximas semanas a entrega dos estudos. O sistema do VOR/DME está em execução, estando em fase de certificação o equipamento. Foi preparada a certificação do serviço AFIS (torre de controle), aguardando-se a certificação pelo INAC; foram regulados os Papis da pista 02 pela ANA. Foi aprovado o projecto de construção de um hangar para instalações da Empresa Aeronorte. Tem sido assegurado o serviço de apoio às ligações aéreas entre Bragança e Lisboa, nas quais continua a verificar-se alguma irregularidade por dificuldades da empresa, que desde o início do ano levou ao cancelamento de 106 voos.

4.3.4 – Estação Rodoviária e Estacionamento – O movimento na estação rodoviária, indicados, que desde o início do ano, terão embarcado e desembarcado acima de 105.000 passageiros, 12.286 entradas e saídas de autocarros, a que acresce o movimento STUB com acesso a E.R. 24.816 entradas e saídas. Nos parques subterrâneos estão registadas cerca de 400.000 entradas.

5 - Outros assuntos

Protocolo de Colaboração no âmbito do Projecto “Ouvir e Ver é Crescer”, entre a Câmara Municipal de Bragança e a Sub-Região de Saúde de Bragança – Aprovado o referido protocolo pelo qual a Autarquia de Bragança disponibiliza alojamento para estagiários da área da saúde, os quais irão proceder ao rastreio de audiologia das crianças com idades entre os 5 e os 6 anos.

Aprovada a proposta de reavaliação da parcela de terreno, com 26.829,50 m², a destacar da Quinta da Trajinha, Freguesia de Santa Maria, para construção do Centro de Saúde de Santa Maria em Bragança, aceitando o novo montante proposto pelo avaliador para o terreno, fixado em 180.000 euros, com base na diminuição do índice de construção para 0,15, de acordo com o deliberado pela C.M. de Bragança para a Zona da Trajinha.

Decorreu entre os dias 5 e 11 de Novembro a 1.ª Edição da “Norcastanha”, a qual decorrer no Mercado Municipal de Bragança, certame que teve assinalável êxito, não só em termos de adesão do público, como pelos objectivos atingidos de promoção da fileira da castanha, nas vertentes da produção, transformação, investigação científica e tecnológica, da gastronomia e da cultura.

Aprovado o Orçamento do Mercado Municipal de Bragança – E.M. para o ano de 2008, estima-se que os proveitos operacionais atinjam no próximo ano o valor de 258.429,29€, dos quais 49% provêm da ocupação de espaços da Galeria Comercial.

Contrato-programa da Administração Regional de Saúde do Norte, Instituto Público e a Câmara Municipal de Bragança – aprovada a proposta de 2.ª alteração ao Contrato-Programa, celebrado entre aquelas duas Instituições, relativo à construção do Centro de Saúde de Santa Maria e Laboratório Distrital de Saúde Pública, visando a integração do **Centro de Recuperação Integrada de Bragança**.

Município de Bragança, 3 de Dezembro de 2007

O Presidente da Câmara Municipal

António Jorge Nunes, Eng.º Civil

Nuno Pereira – Apresentou, por escrito, a seguinte

“MOÇÃO PELA CICLO VIA

.....Pela calada da noite, no distante ano de 1992, o troço ferroviário entre Mirandela e Bragança é tomado de assalto. Levam locomotivas, encerram a linha ao tráfego ferroviário. Desde ai nada mais se fez, a não ser desmantelar os carris que restavam, derrubaram-se pontes e deixou-se à incúria do tempo e à degradação os edifícios, salvo honrosas excepções onde o poder local desafiou a instituição ferroviária nacional e interviu.....

.....É hora de virar a página! Deixemos que Lisboa construa as OT AS e os TGV`S. Vamos unir esforços e transformar o canal ferroviário num pólo de desporto, lazer e turismo. Não deixemos que nos roubem a paisagem que nos resta! Não deixemos que a burocracia dos papéis impeça o nosso desenvolvimento. O progresso é desejável, façamos o possível!

.....Sr. Presidente da Câmara passemos das palavras aos actos! Candidatemos o canal ferroviário, e as restantes infra estruturas, ao 4.º Quadro Comunitário de Apoio. Projectemos uma ciclo via! Proporcionemos aos muitos cicloturistas de Bragança e do Distrito uma prática desportiva saudável e segura. Retiremo-los da perigosidade das estradas! Construamos uma ciclo via asfaltada com duas faixas de rodagem, sinalização e placares informativos adequados. Cativemos os mais jovens para a prática desportiva, demos vida às estruturas edificadas que ainda nos restam, saldemos a dívida que se contraiu com as populações. Se lhes roubaram um meio de transporte fonte de progresso, ofereçamos-lhe ao menos equipamentos alternativos para não deixar a esperança que ainda os alimenta.....

.....Bragança, 14 de Dezembro de 2007

.....Nuno Álvares Pereira

.....Grupo Municipal do PSD”

----- Após análise e discussão da Moção foi a mesma retirada ??????????????????????

PONTO 4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL: -----

PONTO 4 .2 .1 – FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS), RELATIVA AOS RENDIMENTOS DO ANO ANTERIOR.-----

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de Novembro do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS), RELATIVA AOS RENDIMENTOS DO ANO ANTERIOR

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta:

De acordo com o n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, "Os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 780.º do Código do IRS."

Nos termos do n.º 2 do art.º 20.º da Lei supracitada, "A participação referida no número anterior depende da deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município, a qual deve ser comunicada por via electrónica pela respectiva Câmara Municipal à Direcção-Geral dos Impostos, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos."

Nestes termos e considerando que a repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios, tendo em vista atingir os objectivos de equilíbrio financeiro, é obtida através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (F.E.F.); Fundo Social Municipal (F.S.M.); e participação variável até 5% do valor do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal, na respectiva circunscrição territorial;

Considerando que esta última participação de receita, a ser reduzida induzirá reflexos negativos nas receitas municipais e consequentemente no investimento;

Considerando que 5% do valor da colecta líquida do IRS neste Concelho no ano de 2006 representa uma receita para o Município de 1 283 729,86 €;

Considerando ainda que a redução da taxa do IRS, não se reflectia positivamente na economia familiar dos munícipes de recursos mais baixos;

Assim, proponho, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, a aprovação de uma participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial, do Concelho de Bragança, relativa aos rendimentos do ano anterior, calculada sobre a respectiva colecta líquida das previstas no Código do IRS.

De seguida, o Sr. Presidente solicitou a intervenção dos Srs. Vereadores sobre o assunto em discussão.

Intervenção dos Srs. Vereadores, Prof. José Cepeda e Dr.ª Idalina Alves de Brito:

Afectar a verba de 5% do IRS como instrumento de discriminação positiva, atendendo a que se trata de uma receita adicional, de modo a premiar as pessoas que vivem no interior e a estimular a fixação de outras que poderão vir para aqui residir.

Intervenção da Sr.ª Vereadora, Dr.ª Isabel Lopes

Relativamente a este assunto, não concordo com esta medida do Governo, pelo facto de transferir para os Municípios esta decisão que na minha opinião só faz com que as receitas dos Municípios sejam cada vez mais reduzidas o que está de acordo com a política deste Governo, que é fazer com que os Municípios tenham cada vez menos receitas e mais competências.

Quanto à posição manifestada pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista, que referem que esta redução é um incentivo à fixação de mais pessoas para o concelho, não entendo ser só este factor que faz com que isso aconteça.

Esta pequena receita, é de facto pequena para o Município, mas é uma receita que é utilizada em prol da qualidade de vida dos munícipes, enquanto que a redução do IRS prevista na Lei é completamente invisível na redução do valor a pagar pelos munícipes.

Intervenção do Sr. Vereador, Arqt.º Nuno Cristovão

O Governo, ao pretender compensar os munícipes, através da cobrança de IRS, deveria fazê-lo com os mecanismos que detém como Administração Pública Central, não através dos recursos que as Autarquias Locais têm garantidos por transferências da Administração Central.

Numa região debilitada economicamente a redução percentual na cobrança do IRS, pouco reflexo poderá ter na economia familiar.

A alteração da taxa de IVA, seria sem dúvida uma medida positiva para os munícipes da região, com reflexos a nível empresarial, a nível familiar impulsionando o aumento de emprego local.

Assim, discordo em absoluto com a redução do IRS, por quanto essa redução se fará à custa das parcas receitas das Autarquias Locais.

Intervenção do Sr. Presidente em resposta aos Srs. Vereadores do Partido Socialista

O IRS não constitui uma receita adicional do Município, está integrada nas transferências normais da Administração Central, no âmbito do estabelecido na Lei de Finanças Locais (LFL) no que respeita à repartição de recursos públicos (artigos 19.º e 20.º). A anterior LFL, da receita de 5% de IRS cobrado a nível nacional, repartia esse valor pelos municípios distribuindo receitas captadas nos municípios mais ricos para municípios mais carenciados (pequenos municípios quase todos no interior do país).

A actual LFL, ao atribuir directamente a cada município 5 % do valor de IRS cobrado aos sujeitos passivos, com domicílio fiscal no município, está a favorecer o orçamento dos municípios com mais população e com mais elevado poder de compra, acentuando as desigualdades no país.

Ao permitir a cada município decidir optar por um valor mais baixo de participação no IRS, tal significa a redução de receitas em detrimento do investimento municipal que poderá favorecer famílias mais carenciadas e não sujeitas ao pagamento do IRS.

Acresce que 95% do Fundo Social Municipal é receita directa da Administração Central e por isso o que faz sentido é que a redução ocorra nos impostos cobrados pela Administração Central (no IVA, no IRS, no IRC, no imposto sobre produtos petrolíferos) fazendo-o de forma suficientemente diferenciada para os cidadãos e empresas dos territórios fronteiriços, no sentido de, por essa via ajudar a superar outras fragilidades e a aumentar as oportunidades e a competitividade.

A eventual redução na parcela de receitas do município obtidas no IRS (5% do valor contra 95% arrecadado pela Administração Central), não favorece globalmente os cidadãos do município. Ao reduzir as receitas do município, fica prejudicado o efeito de redistribuição realizado pela actividade social do município, a favor dos mais carenciados e, por isso, a medida é prejudicial, já o mesmo não aconteceria se fosse a Administração Central a abdicar

de 20 a 25 %; essa sim, seria uma medida justa e de incentivo à fixação de jovens quadros nas regiões fronteiriças, económica e socialmente mais deprimidas.

Acresce que legalmente não é possível acabar com a globalidade da receita proveniente dos 5% do IRS.

Submetida à votação a proposta apresentada pelo Sr. Presidente, foi a mesma aprovada, com os votos a favor dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes e Dr.ª Isabel Maria Lopes e dois votos contra dos Srs., Vereadores, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito.

Ainda foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea h), do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, de 13 Dezembro de 2007.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

----- Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com cinco votos contra, zero abstenções e setenta votos a favor, estando momentaneamente setenta membros presentes.-----

**PONTO 4 .2 .2 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO;
PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2008. -----**

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora

do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de Novembro do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO; PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2008.

Pelo Sr. Presidente e em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foram presentes as propostas dos documentos acima referidos, para aprovação.

O Sr. Presidente deu início à discussão deste assunto, solicitando aos Srs. Vereadores a sua colaboração no sentido de acrescentar algum contributo à discussão já iniciada na Reunião Extraordinária realizada no passado dia 21 de Novembro.

De seguida passou à análise e discussão dos referidos documentos, tendo o Sr. Presidente apresentado a seguinte proposta:

Proposta de votação do Plano Plurianual Investimento, Plano de Actividades Municipais e Orçamento:

Tendo em conta que o documento que vai ser submetido a votação é coerente com as políticas que temos vindo a defender para o município, aprovadas pelos munícipes, e que têm dado bons contributos à evolução social e económica do município, conforme é reconhecido publicamente, situação que pretendo destacar com a seguinte síntese: Bragança é uma das cidades do país com mais qualidade para viver e trabalhar, situação reconhecida em inquérito feito pela revista “Proteste”, e já anteriormente reconhecida pelo jornal “Expresso” e o jornal “Público”. O poder de compra cresceu, numa década, Bragança subiu de 80,37% da média nacional para 100,98%, ocupando a 6.ª posição de entre os 85 concelhos da Zona Norte. No ano de 2005, o concelho de Bragança, foi responsável por 40% das exportações dos 15 municípios de Trás-os-Montes.

As empresas criaram centenas de novos empregos (exemplo do sector agro alimentar e sector de componentes para automóvel) cada vez mais qualificados, tendo a Câmara Municipal, contribuído directa e indirectamente de forma significativa. O crescimento urbano e a

gestão urbanística, são uma marca de qualidade. Segundo dados do INE, de entre as capitais de distrito, o orçamento municipal de Bragança é dos que menos depende dos impostos da construção civil, resultado de uma política de qualidade urbana, adoptada para a cidade.

Nos anos de 2003 e 2004 Bragança colocou-se no pelotão dos 10% de municípios do país que mais investiram, passando para uma posição mais competitiva. O património do município evoluiu imenso (novos equipamentos culturais, desportivos, educativos, económicos, novos espaços públicos, avenidas, redes de infra-estruturas, novas estradas etc.), enquanto a dívida global é significativamente mais baixa do que há 10 anos atrás.

Da actual proposta destaco:

a) - O orçamento da receita é elaborado sem recurso imediato a empréstimos, tem por base as receitas próprias que se consolidam em crescimento estável, representando a principal fatia do orçamento; a dívida global e o serviço da dívida são mais baixos; os limites de endividamento municipal estão bastante folgados (36,95% do limite imposto à dívida de médio e curto prazo e de 23,27% para o endividamento líquido); o activo fixo do município mantém uma evolução muito significativa, tanto no domínio das imobilizações corpóreas, como dos bens do domínio público;

b) – O orçamento destinado ao PPI e PAM, tendo um decréscimo de 4%, relativamente às previsões feitas para o ano de 2007, no qual não foram contabilizadas receitas para investimentos, tendo como base o QREN. Em traços gerais, foram as seguintes dotações: funções gerais com 5,63%; educação com 3,98%; habitação e serviços colectivos com 43,65%; serviços culturais recreativos e religiosos com 9,95%; indústria e energia com 8,48%; transportes e comunicações com 18,35%, dotações possíveis e em sintonia com as propostas políticas apoiadas pelos eleitores;

c) – Que aos recursos humanos do município, continuaremos a dedicar atenção especial, desde as chefias, ao nível mais indiferenciado, apostando na formação (18 funcionários gozam no presente ano lectivo do Estatuto de Trabalhador Estudante, frequentando maioritariamente o ensino superior), valorizando o trabalho individual e colectivo.

A resposta dos serviços é cada dia mais eficaz e de qualidade crescente: Os funcionários do município, muito têm contribuído para a concretização deste ciclo de afirmação da capital de distrito, fazendo-o com empenho, reconhecendo-se que de um modo geral, os funcionários sentem orgulho da camisola que vestem, o que em termos políticos também nos orgulha;

d) – A prestação externa de serviços (limpeza urbana e tratamento de RSU; limpeza de edifícios; segurança; espaços verdes; serviço de segurança e higiene no trabalho), decorrem com qualidade e regularidade;

e) – Às freguesias dedicamos a primeira das prioridades, tanto em termos de apoio técnico como de cooperação financeira, cientes do seu bom trabalho e elevado empenho na resolução de alguns dos problemas da população, como órgão de poder mais próximo e mais capaz em termos do princípio da subsidiariedade;

f) – Ao movimento associativo, entendido no sentido mais nobre, o de servir o desenvolvimento com justiça social e o de emergir de uma cidadania mais activa, dedicamos alguns recursos e políticas, considerando-o um pilar permanente em termos de parceria para a resolução de importantes problemas.

Assim, proponho que o Plano Plurianual de Investimento, o Plano de Actividades Municipais e o Orçamento Municipal para o ano de 2008 sejam votados favoravelmente.

Intervenção dos Srs. Vereadores, Prof. José Cepeda e Dr.ª Idalina Alves de Brito:

ORÇAMENTO E PLANO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2008

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

- PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL

Para além das Questões Orçamentais, interessa neste momento, sobretudo, apresentar algumas PROPOSTAS, como grandes opções a enquadrar em áreas que consideramos de extrema relevância para o desenvolvimento económico e social do nosso Concelho.

Assim,

Os Vereadores do Partido Socialista no Executivo Municipal conscientes da necessidade de intervir de forma atenta na condução da política municipal, perante os documentos do Orçamento e Plano para o ano económico de 2008 fazem depender o seu sentido de voto do acolhimento de um conjunto de propostas que passamos a elencar.

1.ÁREA DA FISCALIDADE MUNICIPAL

1.1. Diminuir a taxa do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), passando:

. 0,4 % para 0,3 % (mínimo)

. 0,8 % para 0,6 % (máximo).

De salientar que a habitação constitui um dos elementos mais importantes do património da maior parte das pessoas da classe média que, com esforço e abnegação de outro tipo de consumos, afectam uma parte importante do seu orçamento para financiar a aquisição de casa própria. Nessa conformidade, e, atendendo ao facto que a evolução da antiga contribuição autárquica para o I.M.I. representou um crescimento exponencial nas receitas das autarquias pensamos ser um imperativo moderar a tributação sobre este tipo de bens.

1.2. Isentar de taxas e licenças todas as obras de reconstrução no perímetro urbano tradicional e não só da zona histórica (limites: norte – Zona do Sapato e Estação; sul – S. João de Brito e Flor da Ponte; nascente – Estacada e S. Sebastião; poente – Nossa Senhora do Loreto e Boavista);

Lembramos que há exemplos não só em outros Países (Espanha – Zamora), mas também em Portugal, como é o caso de Viana do Castelo, em que a Autarquia, na zona histórica reconstruída, isentou os munícipes de taxas.

2. ÁREA DO URBANISMO

2.1. Criar uma Sociedade de Reabilitação Urbana que tenha como objectivo: projectar, fiscalizar e acompanhar as obras que sejam feitas no âmbito da reconstrução das habitações situadas no perímetro atrás definido. (conforme da nossa intervenção na discussão da proposta sobre a fixação da participação no IRS).

2.2. Em relação à Av. João da Cruz, propõe-se que não seja feita nenhuma intervenção estruturante que modifique o seu actual perfil; defendemos apenas a melhoria do pavimento das faixas de rodagem e do passeio que se situa do lado direito ascendente. O projecto que foi apresentado merece a nossa maior discordância. Assim, a verba orçamentada para 2008, poderá reverter para outras acções consideradas mais prioritárias nas áreas económica e social;

2.3. Três a quatro anos após as intervenções feitas no centro da cidade, verifica-se que a mesma perdeu mobilidade e frequência, e, das “conversas de rua” que temos tido com os munícipes e moradores da zona, apresentam as seguintes causas para tal facto:

a) Dificuldades do acesso automóvel ao centro da cidade. De notar que não obstante se insistir no uso do automóvel há questões de ordem cultural e de costumes que não são alteradas por decreto ou por vontade de uma só pessoa.

O privilégio de viver no interior inclui também essa quase infinita mobilidade dentro da cidade. E não é alheio o facto de o clima agreste incentivar as pessoas ao uso do automóvel;

b) Dificuldades de estacionamento (quer nas próprias ruas, quer no Parque da Praça Camões que tem uma entrada descentrada e isolada, obrigando os condutores a um percurso complexo, sobretudo para quem não vive cá, mas também para a população residente). Impõe-se, pois, realizar um estudo aprofundado das condições de “recuperação” das pessoas para o centro da cidade no sentido de travar a sua desertificação e abandono e equacionar as alterações necessárias no acesso ao parque da Praça Camões (entrada pelo lado da Praça da Sé e alteração do perfil urbanístico da Praça da Sé levando-o para um modelo mais aproximado da sua traça original); e,

c) Retirar o trânsito do Jardim Dr. António José de Almeida, com entrada para o Parque de Estacionamento da Praça Camões, pela Travessa do Relógio e, prolongar o jardim até à zona de intervenção Polis.

3. ÁREA DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

3.1. Criar uma Sociedade para aproveitamento energético: energias renováveis – eólica e hídrica, em parceria com eventuais fornecedores dos equipamentos. Ex: Alto Tâmega (uma parte importante do financiamento dos municípios do Alto Tâmega é já proveniente da exploração energética).

Posteriormente, poderá igualmente pensar-se também na energia solar.

3.2. Fazer da Barragem de Veiguihas uma prioridade. Não protelar por mais tempo a sua construção, dada a falta de água que se tem sentido nos últimos anos para abastecimento à população residente, quer em meio urbano, quer rural;

3.3. Iniciar a 3.^a fase da Zona Industrial das Cantarias de modo a haver terrenos disponíveis para empresas de alto valor acrescentado e que impõem como condição para a sua instalação a proximidade à cidade. Ex: indústrias transformadoras não poluentes e empresas de elevada incorporação tecnológica.

4. ÁREA SOCIAL

Incluir, já no próximo orçamento para o ano de 2008, a construção de habitação social nas freguesias urbanas (Sé e Santa Maria) e semi-urbanas (Samil e Castro de Avelãs), destinada a famílias de baixos recursos económicos e sujeitas a fenómenos de exclusão social (Programa PROHABITA, PCHI e outros).

5. ÁREA RURAL

5.1. Construir a Barragem de Parada como suporte do abastecimento público de água às localidades de Parada, Paredes e na extensão até à vila de Izeda e, bem assim, na sua utilização para a rega dos campos agrícolas;

5.2. Aumentar as condições de mobilidade das populações do meio rural através da melhoria da rede de transportes públicos urbanos (STUB);

5.3. Aproveitar e reconverter todas as Escolas Primárias desactivadas em Centros de Dia, Centros de Convívio e /ou Associações Sócio-Culturais e Recreativas.

Intervenção do Sr. Vice-Presidente, Eng.º Rui Afonso Caseiro:

Voto favoravelmente o Plano Plurianual de Investimento, o Plano de Actividades Municipais e Orçamento para o ano de 2008, devendo salientar três razões que justificam o voto:

1.º - Trata-se de um Plano Plurianual de Investimento que traduz um rigor na gestão municipal, nomeadamente no controle das despesas correntes demonstrando uma preocupação no investimento em actividades fundamentais para estimular o desenvolvimento económico e social do Concelho, objectivando a criação de melhores condições de vida e bem estar para os Brigantinos.

2.º - Prevê investimentos em projectos relacionados com o desenvolvimento económico do Concelho, procurando criar condições para a criação, fixação e atracção de empresas criadoras de postos de trabalho e geradoras de maior riqueza concelhia.

3.º - Consubstancia a estratégia delineada para o futuro do Concelho, acente em acções que contribuem para um desenvolvimento mais sustentável, seguindo um modelo de eco-cidade na qual o ambiente e os recursos naturais constituem o 1.º pilar.

Intervenção do Sr. Vereador, Arqt.º Nuno Cristóvão:

Os documentos agora apresentados para aprovação, traduzem as directrizes de um programa apresentado aos munícipes, para implementar ao longo de 4 anos e aceite pela maioria da população do concelho.

Dando seguimento à política de dotar todo o concelho com infraestruturas básicas necessárias a sustentabilidade do território, bem como dotar o concelho de equipamentos de âmbito social, cultural e desportivo incrementando, assim, a oferta de infraestruturas sociais. Esta proposta de Plano traduz de forma inequívoca a prossecução desta política, sufragada favoravelmente pelos munícipes e que reflecte a preocupação deste Executivo de implementar políticas de coesão territorial concelhia, devendo ser um exemplo a seguir pela Administração

Central ao nível da coesão territorial, com políticas sérias, concretas e legítimas de desenvolvimento do Interior Norte.

Intervenção da Sr.^a Vereadora, Dr.^a Fátima Fernandes;

O Plano Plurianual de Investimento é um Plano coerente que traduz um projecto seguro de continuidade, com projecção para os próximos anos, com orientações específicas e a concretização de objectivos delineados, nomeadamente no que diz respeito ao Sector da Educação, com a reorganização da rede escolar que se inscreve na requalificação dos equipamentos escolares existentes e na construção de Centros Escolares.

No Sector da Cultura com a consolidação dos equipamentos culturais com abertura do Centro de Arte Contemporânea no próximo ano e no Sector Social com a conservação de fogos e a construção de habitações sociais de forma gradual, com o propósito de erradicar as habitações precárias e desajustadas ainda existentes nesta Cidade.

Intervenção da Sr.^a Vereadora, Dr.^a Isabel Lopes:

Tratando-se de um Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e de um Plano de Actividades Municipais para o ano 2008, coerente com as estratégias definidas por este Executivo, numa visão plurianual a sua especificação para o ano 2008, é positiva e realista.

Com um Orçamento em que a poupança corrente é dirigida para investimento e desenvolvimento, tanto no meio rural como urbano, abrangendo coerentemente as várias áreas de intervenção do Município, só pode ter obviamente toda a minha concordância e o meu voto favorável.

Intervenção do Sr. Presidente, em resposta aos Sr.s Vereadores, Prof. José Cepeda e Dr.^a Idalina Alves de Brito:

Área do Urbanismo – Quanto à reabilitação urbana, saliento que, no QREN, Eixo 4 – qualificação do sistema urbano, do Programa Operacional Regional do Norte, está prevista a abertura de concurso para o desenvolvimento de parcerias para a regeneração urbana, como processo estruturado e formal de cooperação entre entidades que se proponham elaborar um Programa de Acção.

A iniciativa da parceria cabe ao município, que lidera e envolve outros centros urbanos: Empresas, Associações Empresariais, Instituições, Proprietários, etc..

Este instrumento de política integra-se na Política de Cidades Polis XXI e a lista de cidades elegíveis é fixada no aviso de abertura do concurso de candidatura, e tem em conta os centros urbanos de nível superior do modelo territorial definido no PROT Norte. Assim, logo

que a oportunidade surja, Bragança marcará presença nesta etapa nova de qualificação e integração de soluções de política urbana.

Av. João da Cruz – O projecto tem elevada qualidade técnica e de nobreza de materiais, respeita a estrutura e identidade da Avenida, não modifica o sistema de circulação, separador, passeios e até a imagem de composição de materiais é tida em conta.

Quanto ao acesso automóvel ao centro histórico da cidade, nunca o centro histórico da cidade teve tanta procura de turistas e de residentes, quer pela elevada qualificação urbana, quer pela melhoria da mobilidade, segurança e facilidade de estacionamento, assim como pela elevada requalificação do comércio tradicional e pela ligação de serviços públicos em resultado da reabilitação, construção de equipamentos, citando como exemplo a reabilitação do antigo Colégio dos Jesuítas para Biblioteca Municipal, Conservatório de Música, Sala de Exposições e serviços técnicos e administrativos do município; reabilitação do antigo Solar Sá Vargas para Centro de Arte Contemporânea, reabilitação do antigo Quartel dos Bombeiros para Sede da Região de Turismo do Nordeste Transmontano e Sede da ACISB e construção do Centro Ciência Viva, na zona ribeirinha.

Os exemplos referidos, são autênticas âncoras em termos de emprego e de actividades frequentadas por milhares de jovens e cidadãos em geral, sendo pois bem evidente uma nova realidade que mudou para muito melhor o Centro Histórico de Bragança.

Área da Fiscalidade Municipal - Quanto ao IMI, este processo foi suficientemente desenvolvido para deliberação da Assembleia Municipal de Setembro, que fixou, sob proposta de Câmara Municipal, valores equilibrados, visto de entre as capitais de distrito, só três praticam valores inferiores aos de Bragança e em termos globais, feita a análise comparativa com a totalidade dos municípios do país se verificar que a maioria pratica taxas superiores às fixadas neste município.

Acontece que, o regime de salvaguarda no crescimento do valor a pagar pelos municípios, inicialmente previsto até 2008, prorrogado pela Lei do Orçamento de Estado para 2008 (artigo 68.º) até ao ano de 2011, o que nos permitirá tomar decisões de forma mais segura relativamente à avaliação do crescimento real das receitas do IMI. Tem sido por nós afirmado, nas propostas apresentadas desde 2004, para decisão, sobre esta matéria, que no ano de 2008, estaríamos em condições de fazer uma avaliação mais segura.

Quanto à isenção das taxas e licenças das obras do Centro Histórico e outras áreas urbanas, parece-me que, a isenção generalizada de taxas tem associados dois problemas, o primeiro é o de que, tende a tornar injusto o processo de arrecadação de receitas públicas para

fazer face à resolução de problemas sociais, e por outro ao fazê-lo de forma indiscriminada, isentando famílias abastadas e famílias de baixos recursos, quando as isenções devem preferencialmente recair sobre famílias comprovadamente em situação de carência económica, estaríamos a cometer uma grande injustiça relativamente às famílias mais pobres. Colocaria também outros cidadãos do município, residentes fora das áreas em causa, em situação de grande desigualdade, prejudicando-os.

As reduções ou isenções devem ser cautelosamente regulamentadas para que os benefícios sociais resultantes dessa medida de política pública, sejam socialmente evidentes.

A Câmara Municipal, atenta aos problemas de requalificação urbana, propôs à Assembleia Municipal um conjunto de incentivos que foram aprovados e que se transcrevem:

Taxas de Emparcelamento:

- Taxa de 0% na área rural e vila de Izeda (100% de redução);
- Taxa de 0% para áreas de construção legalmente existentes nos prédios intervencionados (100% de redução);
- Taxa de 50% na Zona Histórica da Cidade e Zonas de Reabilitação.

Taxas de Licenciamento:

- Redução de 75% e de 50% das Taxas na área de intervenção de dois níveis na Zona Histórica da Cidade.

Parece-nos que, como medidas extraordinárias, o Governo deveria para as operações de reabilitação nos centros históricos e bairros críticos de reabilitação urbana, baixar o IVA para 5% e descer o IRS de parte das despesas efectuadas pelos proprietários.

Concluo que nesta matéria Bragança tem já uma política de incentivos avançada, podendo evoluir no âmbito de políticas de reabilitação urbana, o que não deixaremos de fazer, se as condições o vierem a proporcionar.

Área do Desenvolvimento Económico – Lembro que a Câmara Municipal de Bragança, a partir do ano de 1999, propôs à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e Vinhais, tendo o Município de Bragança liderado a criação de uma parceria público/privada, inicialmente com a SPIE – TRINDEL e mais tarde com a SIIF ENERGIES (Portugal, Lda.) e, de seguida com a EDF EN Portugal, Lda., com vista à instalação de um parque eólico na Serra de Nogueira, estando já concretizados os estudos de medição de vento e avaliadas as incidências ambientais, prevendo no mínimo a instalação de um parque com cerca de 130 MW, e investimento de 150 milhões de euros, projecto de que os municípios são sócios, prevendo-se

que o projecto inicie, logo que dada pelo Governo a autorização de ligação à rede da REN (troço de Mogadouro/Olmos e sub-estação em fase de construção); projecto do qual o município e juntas de freguesia irão obter rendimentos para as próximas décadas.

A parceria com a EDF EN Portugal, Lda. está concretizada na empresa PENOG, S.A., com sede em Bragança e envolve também a construção de um parque eólico em Montesinho, na freguesia de França.

Estão em curso negociações, conforme orientação aprovada em Reunião de Câmara, com vista à constituição de parceria público/privada, para a instalação dos parques eólicos e em várias freguesias do Parque Natural de Montesinho. Se este processo se concretizar participaremos na sociedade promotora do projecto, em parceria com o accionista principal, a empresa Airtricity – Energias Renováveis, S.A., com sede em Bragança e pertencente à empresa Airtricity com sede em Dublin/Irlanda.

É público que a empresa pretende fazer elevados investimentos neste município, podendo Bragança beneficiar muito destes investimentos, no plano económico, no emprego e na sustentabilidade.

O fundamentalismo e a irracionalidade estão a bloquear este projecto, situação que reprovamos, fazendo diligências políticas e administrativas que têm obtido sucesso, no sentido de que a auto-estrada da energia se aproxima de Bragança e possamos aproveitar recursos renováveis tão significativos para a economia local e nacional.

Quanto à Barragem de Veiguiñas, é, desde o primeiro dia em que assumimos responsabilidades na gestão municipal (6 de Janeiro de 1998), a nossa primeira prioridade como é bem sabido por todos e muitos esforços políticos e financeiros têm sido utilizados.

Infelizmente em muitas situações, lutando contra adversidades internas suportadas por interesses políticos que não defendem nesse âmbito o interesse das populações, e que têm conduzido ao estudo de soluções inadequadas em termos económicos e ambientais, relativamente às quais mantivemos sempre oposição firme e exigente, sem vacilar no sentido da resolução definitiva do abastecimento de água ao concelho de Bragança com uma solução estruturante, económica e amiga do ambiente.

Penso que, o processo que, agora, foi retomado pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro orientando unicamente os estudos para a Barragem de Veiguiñas, terá a sua concretização.

Quanto à vertente industrial, o Município está a investir na Zona Industrial de Mós, na Zona Industrial das Cantarias e avançou com os estudos para a criação de um Centro de Inovação como plataforma de interface com a actividade empresarial e com uma futura Área de

Localização Empresarial (ALE), extensão do Centro de Inovação (CI), trabalhos que conferem à gestão municipal uma dimensão orientada para a competitividade e a inovação. Estamos pois num período novo, bem evidente já pelos resultados da actividade de algumas empresas, seja na área agro-industrial, das componentes automóveis, do sector da construção civil e dos serviços.

Área Social - Trata-se de uma área de investimento crescente por parte desta Município, os valores do orçamento disso dão conta e os projectos em execução com vista a resolver problemas sectoriais para os quais pretendemos mobilizar recursos do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), envolvendo algumas das nossas preocupações e estamos certos que dos mesmos obteremos bons resultados.

Área Rural – Quanto à Barragem de Parada, saliento tratar-se de obra de responsabilidade da Administração Central e não da Autarquia. Desde que assumimos responsabilidades políticas no município, que nos temos empenhado no sentido de pressionar o Governo Central para que a Barragem seja construída.

Quando da cerimónia de inauguração do matadouro municipal, o Senhor Ministro da Agricultura comprometeu-se a avançar com o projecto para a construção, tendo de facto sido dados importantes passos, com a conclusão dos estudos técnicos.

Com a posse do actual Governo, o processo passou a marcar passo. Em declarações proferidas pelo actual titular da pasta do Ministério da Agricultura, foi dito que o orçamento de construção é muito elevado para a área de regadio prevista, situação contra a qual argumentamos, de que a viabilidade não poderia ser ponderada tendo por base princípios estritamente económicos, mas também de âmbito social e de incentivo ao desenvolvimento rural, apostando no combate ao abandono dos campos, pela criação de melhores condições à actividade económica rural, permitindo melhorar as condições de trabalho e rentabilidade do povo rural que tão sacrificado tem sido.

Esperamos que este projecto seja uma prioridade de investimento imediato por parte da Direcção Norte do Ministério da Agricultura, organismo onde o projecto tem estado encravado, e não venha a servir de bandeira política em cima de eleições, sejam autárquicas ou legislativas.

Mobilidade da população do meio rural – O concelho tem beneficiado muito dos investimentos que temos vindo a fazer nos transportes urbanos, tendo sido nesta década adquiridos 10 autocarros para os transportes urbanos e dois para transporte em turismo, situação que as Juntas de Freguesia e Associações muito bem têm aproveitado. Contam-se

pelos dedos de uma mão os municípios de todo o interior do país, tão bem servidos como o de Bragança. Talvez possamos afirmar que nenhum nos supera.

Escolas Primárias - A política tem sido de entregá-las às Juntas de Freguesia e Associações, para fins comunitários, não tendo este património em situação de abandono.

De seguida procedeu-se à votação dos documentos - Plano Plurianual de Investimento; Plano de Actividades Municipais; e Orçamento Municipal para o Ano de 2008, tendo sido os mesmos aprovados, com cinco votos a favor, dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Caseiro, Arqt.º Armando Cristóvão, Dr.ª Fátima Fernandes e Dr.ª Isabel Lopes e duas abstenções, dos Srs. Vereadores, Prof. António Cepeda e Dr.ª Idalina Brito.

Ainda foi deliberado, por unanimidade, submetê-los à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos da alínea b), do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, de 13 Dezembro de 2007.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO ANO 2008

----- Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com doze votos contra, zero abstenções e setenta e quatro votos a favor, estando momentaneamente oitenta e seis membros presentes. -----

PONTO 4.2.3 - CONCURSO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS. -----

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de Novembro do ano de dois mil e sete, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Prof. António José Cepeda e Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“CONCURSO PÚBLICO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS – Intenção de Adjudicação

Pela Divisão Financeira foi presente o Relatório de Apreciação das Propostas relativo ao concurso em epígrafe, o qual foi elaborado nos seguintes termos:

Aos vinte e três dias do mês de Julho de dois mil e sete e em cumprimento do disposto no artigo 107º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, reuniu o júri designado para o presente concurso público, por despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 12.09.2007 e constituído por: Presidente, Vereador em regime a tempo inteiro, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, e pelos vogais, Chefe da Divisão Financeira, Dra. Sílvia Maria dos Santos Couto

Gonçalves Nogueiro e Chefe da Divisão de Transportes e Energia, Eng.º Orlando António Sousa Gomes, com fim de proceder à análise das propostas admitidas e elaborar o relatório de mérito das mesmas.

Iniciada a reunião, o júri começou por apreciar, relativamente a cada concorrente antes admitido, a documentação relativa às habilitações profissionais e às capacidades técnica e financeira.

Comprovadas que foram as habilitações e capacidades técnica e financeira dos concorrentes, o júri passou à apreciação do mérito das respectivas propostas.

Para o efeito, tendo por base o critério de adjudicação fixado - proposta economicamente mais vantajosa - e a pontuação atribuída aos factores e subfactores, que consta da acta de ponderação de critérios datada de 22.10.2007, o Júri analisou cada uma das propostas tendo deliberado atribuir a pontuação e classificação constantes do mapa anexo ao respectivo processo, que faz parte integrante do presente relatório.

Assim e de acordo com os elementos constantes do referido mapa, as propostas ficam ordenadas, para efeitos de adjudicação, da seguinte forma:

- 1.º GIRPE SEGURANÇA PRIVADA, LDA. – 96,88%;
- 2.º COMANSEGUR, Segurança Privada, S.A. – 91,47%;
- 3.º A.S.F., Sociedade de Serviços de Vigilância e Alarmes Lda. - 85,10%;
- 4.º RONSEGUR RONDAS E SEGURANÇA, Lda. – 84,16%;
- 5.º V. PROTEC, Serviços de Tecnologia de Segurança, Lda. – 82,33%;
- 6.º SECURITAS S.A. – 77,54%;
- 7.º GRUPO 8 VIGILÂNCIA E SEGURANÇA – 76,87%;
- 8.º HORIZONTE MAIS, Serviços de Controle e Vigilância, Lda. – 74,47%; e
- 9.º PROWISE, Sociedade de Protecção Vigilância e Segurança Lda. – 62,30%.

Finalmente e quanto à audiência prévia dos concorrentes:

Tendo em consideração o disposto no artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e a deliberação de Reunião de Câmara de 25.09.2007, que autorizou o procedimento em epígrafe, o Júri vai proceder, seguidamente, à notificação dos concorrentes.

Face ao que antecede, submete-se à apreciação superior o presente relatório:

Em face do que antecede solicita-se à Exma. Câmara:

1. Aprovação do Relatório de Apreciação do Mérito das Propostas;

2. Tratando-se de um procedimento concursal com vista à contratação de serviços para o ano de 2008, com possibilidade de renovação anual por mais dois anos, e sendo o preço base a considerar de 277 080,00 €/ano, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, exigindo tal despesa corrente de dotação financeira no Orçamento de 2008 e, perante eventual renovação de contrato, nos Orçamentos de 2009 e 2010, o assunto carecerá – nos termos e para efeitos do disposto nos números 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da necessária autorização, por parte da Exma. Assembleia Municipal.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o relatório elaborado pelo Júri do concurso.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto - Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, uma vez que a despesa poderá ser repartida pelos anos de 2008 a 2010.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, de 29 Novembro de 2007.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

-----Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, duas abstenções e oitenta e quatro votos a favor, estando momentaneamente oitenta e seis membros presentes. -----

PRESENÇAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Machado Rodrigues
Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira
Segunda Secretária – Maria Elisa Monteiro Pires Vilela

2 – Membros:

Adérito de Jesus Falcão Lhano
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Maria Afonso
António Almeida Dionísio
António Eduardo Fernandes Malhão
António Guedes de Almeida
António Manuel Afonso a)
Armindo José Afonso Rodriggues
Augusto Acácio Morais
Cândido Vaz Alves
Domingos Moura dos Santos
Francisco António Alves
Joaquim do Nascimento Pereira
José Alberto Moutinho Moreno
José António Lourenço Rodrigues
José Joaquim Meireles Salgueiro
José Luís Baltazar
Júlio da Costa Carvalho
Maria Amparo Mendes Alves
Maria Gonçalves Sampaio da Veiga
Maria Madalena Morais Morgado
Maria Olinda Pereira Silva
Martinho Eduardo Nascimento
Nuno Alvares Pereira
Nuno Filipe Machado Reis
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vasco José Gonçalves Vaz

PARTIDO SOCIALISTA

Amílcar dos Anjos Pires
António Rodrigues Vieira
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Fernando Manuel Teixeira Rodrigues
Francisco Manuel Esteves Marcos
Henrique da Costa Ferreira a)
João Batista Ortega
Lázaro Augusto Cordeiro Padrão
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Filipe Fernandes
Luís Manuel Silvestre
Victor Fernando Simões Alves a)
Vítor Prada Pereira

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

José Manuel Correia dos Santos Ferreira de Castro
Luís de Sousa Costa

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

ALFAIÃO	João Adriano Rodrigues
AVELEDA	Isidro Carlos Pereira Rodrigues
BABE	Manuel António Esteves
BAÇAL	João Francisco Alves
CALVELHE	Ernesto Augusto Morgado Gomes
CARRAGOSA	Carlos Manuel Diegues Teixeira do Vale
CARRAZEDO	Nuno António Baptista Pousa
CASTRELOS	Amílcar Pereira Ventura
CASTRO DE AVELÃS	José Vicente Fernandes
COELHO	Ernesto António Fernandes
DEILÃO	Manuel Benites Inácio
DONAI	Luís Aníbal Rodrigues Martins
ESPINHOSELA	Hélder Augusto Martins
FAILDE	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
FRANÇA	Amândio dos Santos Costa
GIMONDE	João Victor Alves
GONDESENDE	Aníbal Rodrigues Afonso
GOSTEI.	Carolina de Jesus Fernandes
GRIJÓ DE PARADA	Maria Helena Santos Branco
IZEDA	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
MACEDO DO MATO	João do Nascimento Fernandes
MEIXEDO	Luís Urbano Gonçalves
MILHÃO	António Alcino Fernandes
NOGUEIRA	José António Prada
OUTEIRO	João Augusto Paiva
PARADA	António Manuel Afonso Pires
PARAMIO	Manuel João Afonso Fernandes
PINELA	António Jorge Brás Pires
QUINTANILHA	Sérgio Miguel Bornes Romão
QUINTELA DE LAMPAÇAS	Victor Manuel Costa
RABAL	Paulo Hermenegildo de Castro João
REBORDAINHOS	Albino Alves Rodrigo
REBORDAOS	Adriano Augusto Correia Rodrigues
RIO DE ONOR	António José Preto
SALSAS	Filipe Osório Caldas
SAMIL	Eduardo Joaquim Portela
SANTA COMBA DE ROSSAS	Francisco José Pires Paula
SANTA MARIA – BRAGANÇA	Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo
SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS	Elias dos Santos Vara
SÃO PEDRO DOS SERRACENOS	António Carlos de Sá
SÉ – BRAGANÇA	Paulo Jorge Almendra Xavier
SENDAS	Marco Paulo de Jesus Frei (Substituto)

SORTES	João Ramiro Castro (substituto)
ZOIO	Manuel Diogo Afonso

a) Aplicação do disposto no nº. 9 do artigo 64ª. do Regimento da AM.

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Carlos José Cadavez
Luís Manuel Madureira Afonso

PARTIDO SOCIALISTA

Armando Pinto Bento
Lídia Gomes Valinho

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

MÓS	Anselmo Aníbal Martins
PARADINHA NOVA	Domingos António Seca
POMBARES	Afonso Augusto Pires Domingues
RIO FRIO	Humberto Amândio Garcia
SERAPICOS	Armando Augusto Venâncio Dias

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes
Rui Afonso Cepeda Caseiro
Armando Nuno Gonçalves Cristóvão
Maria de Fátima Gomes Fernandes
Isabel Maria Lopes

-----Por ser verdade e me ter sido pedida, mandei passar a presente certidão que depois de achada conforme, vai ser assinada e autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

Assembleia Municipal de Bragança, 17 de Dezembro de 2007.